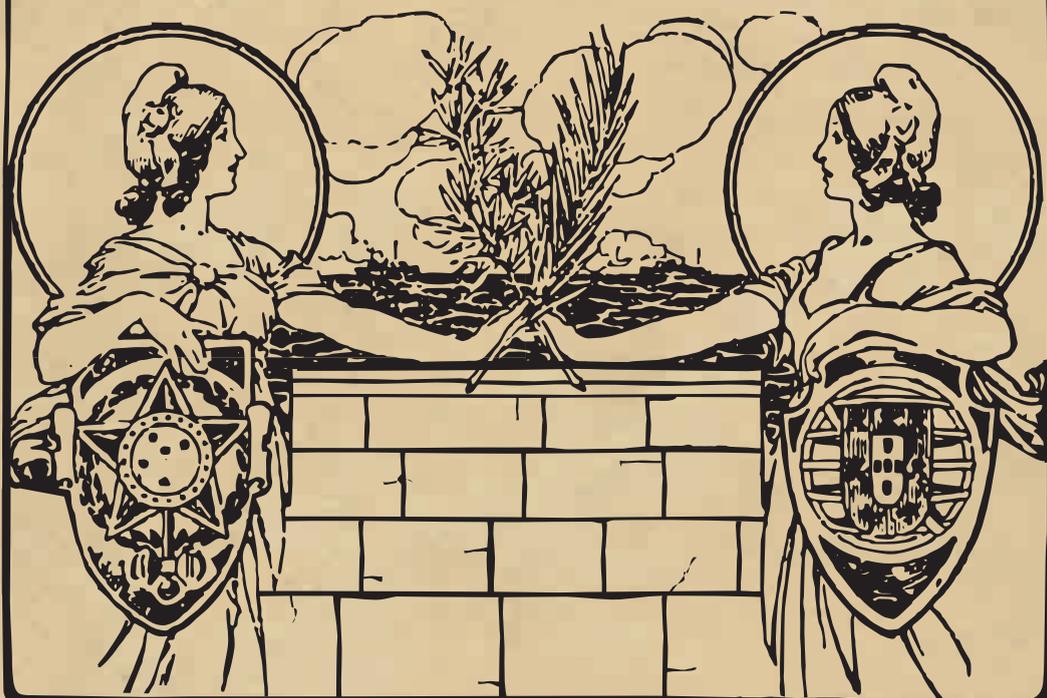


# ATLANTIDA

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Luís Andrade

Zília Osório de Castro



Ao se decidirem pela publicação de uma “revista artística, literária e social dirigida a portugueses e a brasileiros”, como consta em seu subtítulo, João de Barros e João do Rio enveredaram por um empreendimento corrente no seu tempo, no qual os periódicos de homens de letras marcados pelos selos da novidade, da diversidade e da regularidade se haviam erguido à condição de figuras coletivas na discussão de ideias e na vida cultural em geral.

Em pleno século da imprensa,<sup>1</sup> em que os títulos de publicações periódicas proliferavam e as tiragens atingiram valores inexcedíveis, ao mesmo tempo em que os escritores e os pensadores mais reputados se distinguiam, na sua quase totalidade, pelo que publicavam em revistas e em jornais, a criação de um novo título representava o meio apropriado para definir uma causa e elevá-la a uma posição com reconhecimento corrente.

Para os leitores, as revistas e os magazines apresentavam-se como a síntese da modernidade, em tempos credores do mérito do novo: deslumbravam pelos avanços do estado da arte da comunicação social, em particular as publicações que se reclamavam “ilustradas”; promoviam o cosmopolitismo e os valores civilizacionais, ainda que tratassem de frivolidades; facultavam o acesso ao saber, enciclopédico ou doutrinário, de forma relativamente amena, que fundiam com a realidade próxima; ofereciam variedade, entre títulos e entre edições de um mesmo título, pela combinação peculiar de assuntos, de registos e de perspectivas; desenhavam movimentos de opinião e de gosto, assentes na fidelidade do público conquistado e consolidado número após número.

Por outras palavras, as revistas refletiram e impulsionaram o essencial das transformações introduzidas pela nova cultura de feição urbana, das ideias à moda, da profilaxia às gramáticas artísticas, das causas cívicas às divas e aos galãs dos palcos e das telas.

Uma nova revista de ideias e cultura iniciava-se com o encontro entre homens de letras unidos por propósitos suficientemente intensos para se sentirem impelidos a criar um periódico que lhes desse expressão regular perante os seus concidadãos. Foi o que se verificou com João de Rio e João de Barros, que, após vencerem algumas

---

<sup>1</sup> Evocamos o título de estudo documentado de CHARLE, Christophe. *Le Siècle de la presse* (1830–1939). Paris: Seuil, 2004.

dificuldades iniciais, acabaram por fazer vingar, com o patrocínio dos respectivos ministérios republicanos do Exterior, a iniciativa comum que os conduziu à condição de polos agregadores de outras vontades congêneres nas duas capitais das pátrias com língua portuguesa.

Da leitura do prospecto do mensário e dos artigos de abertura da edição inaugural assinados por cada um dos dois diretores, sobressai o desígnio de publicar uma revista de fundo literário, assente nas “afinidades de raça, semelhança de temperamento e de estrutura psíquica”,<sup>2</sup> que se subordinasse ao apelo de “desvendar, uma perante a outra, a alma brasileira e a alma portuguesa”,<sup>3</sup> entre si unidas, e não separadas, quer no passado quer no presente almejado, pelo Atlântico, mítico “mar da esperança”.<sup>4</sup>

Como fica patente, mesmo nestas curtas transcrições, o teor geral dos fundamentos adiantados apresenta-se muito difuso, embora reflita a linguagem e a atitude mental prevalentes na época. A combinação de elementos do discurso nacional de matiz romântico com a grandiloquência da tribuniária republicana, vertidos em rede de noções investidas de putativo rigor positivo quanto aos fundamentos antropológicos e históricos que caracterizariam os povos e aproximariam as nações com afinidades, empresta à fundamentação da missão da publicação mais uma índole magnificente e idiossincrática do que um cariz conceptual e programático.

Porém, o discurso adotado não deixa de ter fundamento próprio, na medida em que remete para o primado da vida cultural nas realidades nacionais, de que as letras pátrias seriam a expressão superlativa.

Em bom rigor, João de Barros e João do Rio apresentam-se, antes de mais, irmanados numa terceira e prévia república, a dos cidadãos letrados, condição naturalmente benévola, racional e empolgante, que o título da revista assinala, que o subtítulo confirma, e que o diretor brasileiro explicita ao escrever que a Atlântida “é o ideal, a hipnose da coragem; é a glória, é o triunfo, é o desejo que cada um tem de realizar-se, realizando”.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> PROSPECTO..., *op. cit.*, p. 94.

<sup>3</sup> BARROS, João de. *Atlântida*. *Atlântida*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 8, 15 nov. 1915.

<sup>4</sup> RIO, João do. *O sonho...*, *op. cit.*, p. 13.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 15.

A própria república política, ao instituir simultaneamente as liberdades cívicas, a igualdade entre cidadãos, a soberania popular e o desígnio da promoção do bem comum, apresentar-se-ia, antes de mais, como uma realidade eminentemente cultural e civilizacional, subsidiária tanto dos progressos universais do espírito humano quanto das aspirações substantivas dos povos e das nações.

Em última instância, e como Ortega y Gasset assinalou, culturalismo, progressismo e utopismo constituíram, para muitos intelectuais, nomeadamente os de filiação republicana, mas também para os de convicções socialistas ou libertárias, um mesmo *ismo*<sup>6</sup> (pelo menos enquanto os efeitos do morticínio entre os povos mais cultos, provocado pela guerra de 1914–1918, não se fizeram sentir em todas as suas implicações<sup>7</sup>).

Os avanços do saber e, sobretudo, a progressão da sua apropriação coletiva deixariam, *per se*, antecipar uma vida comunitária subordinada tanto à legitimidade democrática, consubstanciada na representação por sufrágio universal, quanto à legitimidade racional, na medida em que se pressupunha que uma comunidade constituída por cidadãos esclarecidos não só garantiria o interesse comum como zelaria pela conformidade da vida coletiva com a dignidade e os fins humanos.

A seu modo, João de Barros e João do Rio, homens esclarecidos e responsáveis, constituiriam prova manifesta do vínculo racionalista essencial e profundo que uniria saber e dever. A atividade cívica por ambos desenvolvida decorreria simplesmente do imperativo que obrigaria os homens de letras a erguer a voz, em nome dos ideários civilizacionais e das grandes causas comuns, na vida da cidade.

A satisfação das obrigações decorrentes desta condição ética particular, imputada aos cidadãos cultos, encontrava-se facilitada pelo fato de que aqueles que representavam simbolicamente as letras, as artes e o pensamento gozavam de inequívoco reconhecimento social.

As razões de fundo que justificaram o ascendente social e político dispensado

---

<sup>6</sup> Cf. ORTEGA y GASSET, José. El tema de nuestro tiempo. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Madrid: Santillana Ediciones Generales/Fundación José Ortega y Gasset, 2005. T. 3, p. 600.

<sup>7</sup> Acerca da crença otimista, reafirmada em plena Primeira Guerra Mundial, de que “com duas linhas de história e com boa vontade em proporção correspondente, igualmente modesta, teremos quanto baste para sabermos que os homens e o mundo melhoram constantemente”, posto que “a civilização não é uma utopia destinada a perpétuos naufrágios”, mas, antes, “prevalece e domina, por mais radicalmente que a imaginemos destruída”, ver LIMA, Jaime Magalhães. O meu otimismo. *Atlântida*, v. 2, n. 7, p. 634ss., 15 maio 1916.

aos homens de cultura – cuja consideração genérica se apresenta indispensável para a compreensão de iniciativas como a da *Atlantida* – resultam da conjugação de aspectos distintos e complementares entre si.

No plano individual, o prestígio dos representantes do saber assentava, em primeiro lugar, no talento e no mérito revelados na área em que cada um se tinha destacado. Acrescentar-se-lhe-ia, de seguida, o reconhecimento devido a quem se empenhava na vida da cidade unicamente em nome da sensibilidade e da razão, à margem dos jogos de conveniências que fazem a política, e que, por este motivo, se via frequentemente elevado à condição de figura tutelar da consciência moral coletiva.

No domínio histórico e num tempo de doutrinas e convicções ideológicas vibrantes, a aura dos homens do pensamento releva da sedução exercida tanto pelos arquitetos dos novos ideários racionais e emancipadores quanto da ação de todos aqueles que, tendo-os perfilhado, serviram de intérpretes e divulgadores da boa nova da refundação radical do contrato político, com provas dadas nas revoluções liberais, nacionais ou republicanas, e com anúncios pendentes quanto às virtudes do futuro próximo.

No âmbito político, a respeitabilidade pública dos homens do saber caminhou a par dos progressos da instrução e da escola públicas, indispensáveis à autonomia intelectual, moral, cívica e industriosa dos indivíduos e, como tal, condição primeira da cidadania, além de fator determinante da constituição da própria comunidade política republicana.

No foro social, o prestígio dos intelectuais encontrava-se respaldado pela formação de uma nova classe média predominantemente urbana, que tinha nas competências literárias e nos diplomas académicos os meios que lhe conferiam quer habilitações profissionais quer estatuto, autoridade e influência.

Há, por fim, que destacar o papel desempenhado pelo desenvolvimento do espaço público e das correntes de opinião coletivas, que não deixaram de se expandir e de se multiplicar ao longo de toda a contemporaneidade, patente quer na proliferação e especialização de novas tribunas impressas, quer na constituição de movimentos de convicções capazes de empolgar os povos, de cindir as nações ou de eliminar as fronteiras.

Se atentarmos nos percursos de João de Barros e de João do Rio, podemos

verificar não só a fundamentação dos seus gestos nos aspectos comuns à ética intelectual e republicana, como já ficou indicado, mas também que os balanços das diferentes atividades desempenhadas por cada um destes dois homens de letras e de ação contêm, em si, duas diferentes sùmulas do ambiente cultural, social e político em que viveram.

João de Barros, ao distinguir-se como poeta, desde muito jovem, fundador, diretor e articulista de órgãos de imprensa, professor, pedagogo e dirigente do ministério com o pelouro da instrução, além de conferencista, deputado e, mesmo, mais tarde, de efêmero ministro dos Negócios Estrangeiros, conjugou o cultivo das letras e do verbo impressos com o desempenho de uma carreira pública centrada na instrução e na educação.

Já João do Rio representou sob uma forma superior a figura do publicista polígrafo, muito típica da época, ao notabilizar-se não só como jornalista profissional marcante e inovador, mas também como cronista, dramaturgo, contista, ensaísta, conferencista e tradutor, além de defensor de causas públicas, por vezes particularmente controversas. Interessou-se igualmente pela carreira diplomática, como muitos outros intelectuais lusos e brasileiros seus contemporâneos, embora tenha visto os seus intentos invariavelmente frustrados.

Os percursos dos dois diretores da *Atlantida* mostraram-se, ainda, paralelos no que respeita ao reconhecimento pelos seus pares dos dois lados do oceano, o que lhes trouxe a inerente consagração pública: João do Rio viu-se eleito membro da Academia Brasileira das Letras, em 1910, e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, em 1913. Neste mesmo ano, João de Barros tornou-se membro desta última academia, tendo, no ano de 1920, sido escolhido como um dos dez sócios portugueses da Academia Brasileira de Letras.

Luís Andrade em Lucia Maria Paschoal Guimarães, Luís Andrade e Zília Osório de Castro, *Atlantida. A invenção da comunidade luso-brasileira*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2013, pp. 80-85.